



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLÓGICA DA ACRE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

ABRIL / 2010

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLÓGICA DO ACRE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Rio Branco, 09/04/2010

SUMÁRIO

1.	PARTE A - IDENTIFICAÇÃO	5
1.1	INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO	5
1.1.1	Identificação da Unidade	5
1.1.2	Itens do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 100, de 7/10/2009, do Conteúdo do Relatório de Gestão que não se aplicam ao Instituto Federal do Arce - IFAC	6
1.1.3	Informações e providências aos órgãos de controle	7
2.	OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS	8
2.1	RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	8
2.1.1	Competência Institucional	8
2.1.2	Papel da unidade na execução de políticas públicas	8
2.2	ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	8
2.2.1	Finalidade	8
2.2.2	Visão	9
2.2.3	Missão	9
2.2.4	Valores	9
2.2.5	Análise SWOT	9
2.2.6	Análise do ambiente interno (Forças x Fraquezas)	9
2.2.7	Análise do ambiente externo (Ameaças x Oportunidades)	10
2.2.8	Plano Quinquenal e Objetivos Estratégicos	11
2.2.9	Mapa Estratégico	12
2.2.10	Ações Estratégicas nos Campi	12
2.3	PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DO IFAC	14
2.3.1	Relação de programas	14
2.4	DESEMPENHO OPERACIONAL	19
2.4.1	Programação Orçamentária	19
2.4.2	Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação das UJ	21
2.4.3	Programação das Despesas Correntes	21
2.4.4	Programação das Despesas de Capital	22
2.4.5	Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência	22
2.4.6	Despesas por Modalidade de Contratação	23
2.4.7	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	23
2.4.8	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	24
2.4.9	Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	24
2.5	METAS FÍSICAS	25
2.5.1	Execução Física das ações realizadas pela UJ	25

2.6 INDICADORES E ANÁLISE DE DESEMPENHO	26
2.6.1 Relação Candidato/Vaga	26
2.6.2 Relação Ingresso/Aluno	26
2.6.3 Relação Concluintes/Aluno	26
2.6.4 Índice de Eficiência Acadêmica de Concluintes	27
2.6.5 Índice de Retenção do Fluxo Escolar	27
2.6.6 Relação Alunos/Docente em tempo integral	27
3. GESTÃO ADMINISTRATIVA	29
3.1 RECURSOS HUMANOS ó COMPOSIÇÃO E CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	29
3.1.1 Composição dos recursos humanos;	29
3.1.2 Análise Crítica	30
3.1.3 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra;	30
3.1.1 Admissões e Desligamento de pessoal	31
PARTE B - GESTÃO FINANCEIRA	32
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	34
DECLARAÇÃO DO CONTADOR	35

1. PARTE A - IDENTIFICAÇÃO

1.1 INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO

1.1.1 Identificação da Unidade

Nome completo da unidade e sigla	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre ó IFAC	
Código SIORG da UJ	SIORG = 94427	
Natureza jurídica	Autarquia Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Autarquia instituída nos termos da Lei n.º 3.552, de 16 de fevereiro de 1959 e criada pela Lei n.º 11.534, de 25 de outubro de 2007.	
CNPJ	10.918.674/0001-23	
Nome e código no SIAFI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, UG=158156 / Gestão=26425	
Código da UJ titular do relatório	158156	
Códigos das UJ abrangidas	Não consolidada a outras unidades	
Endereço completo da sede	Rodovia BR 364, KM 04 ó Campus Universitário UFAC ó Sala 01 e 02 da Biblioteca Rio Branco/AC - CEP: 69.915-900 Telefone/Fax: (68) 3901-2711 http://www.ifac.edu.br	
Endereço da página institucional na internet	www.ifac.edu.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento no endereço citado a partir de dezembro de 2009	
Função de governo predominante	Educação Profissional, Técnica e Tecnológica nos níveis fundamental, médio e superior	
Tipo de atividade	Ensino, Pesquisa e Extensão	
Códigos CNAE aplicáveis	8541-4/00, 8542-2/00 e 8533-3/00	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre	Código
	IFAC	158156

1.1.2 Itens do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 100, de 7/10/2009, do Conteúdo do Relatório de Gestão que não se aplicam ao Instituto Federal do Arce - IFAC

Item 4 ó Informações sobre recolhimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos;

Item 6 ó Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição;

Item 7 ó Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados, de acordo com a legislação pertinente e os objetivos a que se destinarem, conforme disposto abaixo:

Nome, Razão Social, CNPJ, Demonstrativo Anual, contendo:

- Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes;
- Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes;
- Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora;
- Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora;
- Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições;
- Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal;

Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar;

Política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciado o retorno das aplicações, conforme disposto no inciso V do art. 22 da Resolução 3506/2007 do Conselho Monetário Nacional; e

Conclusões contidas no parecer da auditoria independente.

Conclusões do último estudo atuarial;

Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanar as irregularidades verificadas.

Item 8 ó Demonstrativo do fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos, ocorridos no ano e acumulados até o período em exame.

Item 9 ó Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que se encontram em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil ó SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ó FGTS e à Seguridade Social.

Item 10 ó Resultados da avaliação do impacto sócio-econômico das operações de fundos, conforme disposto abaixo:

- Relação dos principais projetos e operações no exercício, por ordem decrescente de valor investido, até o montante acumulado de 90% do total de recursos aplicados pelo fundo,

discriminando a finalidade, objetivos, beneficiários, investimentos previstos e valores liberados de cada um;

- Número de operações e valores aplicados por programa/setor econômico e por unidade da federação;
- Número de operações e valores dos investimentos, dos incentivos e dos recursos liberados e aprovados no exercício em relação ao total do programa/setor econômico e ao total por unidade da federação;
- Legislação pertinente, destacando as alterações ocorridas no exercício a que se referir o relatório de gestão;
- Remuneração do banco operador (valor e fundamento legal);
- Relação dos projetos com a finalidade, beneficiários, investimento previsto e valores liberados no exercício;
- Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas (incluindo identificação das fiscalizações realizadas, de falhas e irregularidades detectadas e das providências adotadas);
- Avaliação crítica dos resultados alcançados (inclusive quanto aos objetivos e metas previstos vs. realizados).

1.1.3 Informações e providências aos órgãos de controle

Todas as solicitações de Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento, e informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se refere o Relatório de Gestão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, vem sendo implantado e acompanhado pela apresentação da avaliação preliminar realizada pela CGU e acompanhadas internamente pela Unidade de Auditoria Interna - UADI

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.1.1 Competência Institucional

2.1.2 Papel da unidade na execução de políticas públicas

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre ó ou simplesmente Instituto Federal do Acre (IFAC) ó é uma instituição criada nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculada ao Ministério da Educação, e possui natureza jurídica de autarquia detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática pedagógica e disciplinar.

O Instituto Federal do Acre é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicampi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica e tem como sedes, para fins da legislação educacional as seguintes unidades:

- a) Reitoria,.
- b) *Campus* Rio Branco;
- c) *Campus* Sena Madureira
- d) *Campus* Cruzeiro do Sul;
- e) *Campus avançado* Xapuri

2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

No início do ano de 2009, com o apoio de profissional da área de planejamento estratégico, o IFAC realizou seu Planejamento Estratégico para o quinquênio 2009 ó 2013. A seguir apresentasse de forma resumida o resultado desse trabalho que passaram a balizar as ações ao longo do ano e com vistas a uma revisão no início de 2010.

2.2.1 Finalidade

De acordo com a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 são finalidades e características do IFAC, dentre outras:

- a) A oferta Educação Profissional e Tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- b) A geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais;
- c) A promoção da integração e a verticalização do ensino;
- d) O fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais;
- e) A constituição em centro de excelência na oferta do ensino de ciências,

- f) A oferta de capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- g) O desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- h) A realização e estímulo da pesquisa aplicada.

2.2.2 Visão

Tem o compromisso de ser reconhecida como Instituição Pública Federal de excelência em Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, até o ano de 2013.

2.2.3 Missão

Ofertar ensino público, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável.

2.2.4 Valores

- a) Educação como bem público e de qualidade;
- b) Formação crítica e cidadã;
- c) Gestão democrática e participativa;
- d) Respeito à diversidade cultural;
- e) Inovação, empreendedorismo e cooperativismo;
- f) Desenvolvimento sustentável;
- g) Otimização dos recursos públicos.

2.2.5 Análise SWOT

A Análise SWOT é uma ferramenta utilizada para fazer análise de cenários ou de ambientes, sendo usado como base para gestão e planejamento estratégico de uma instituição.

Esta análise permitiu aos gestores do IFAC realizar uma leitura do ambiente interno e externo à instituição, e elaborar seu planejamento estratégico. Por sua vez, permitiu à instituição o estabelecimento de ações que buscam dar condições de implantação do planejamento e, por fim, maximizar suas forças e oportunidade e minimizar as fraquezas e ameaças.

2.2.6 Análise do ambiente interno (Forças x Fraquezas)

Forças:

1. Formação tecnológica de qualidade nos diferentes níveis de ensino profissionalizante;
2. Cursos técnicos com foco nas demandas de mercado identificadas;
3. Agilidade nos processos de mudanças internas (administrativas e pedagógicas);
4. Razoável autonomia administrativa, pedagógica e financeira;
5. Referência histórica das cidades onde serão instalados os campi do IFAC;
6. Corpo docente diversificado mesclando experiência e conhecimento acadêmico e titulação;
7. Excelente formação técnica dos servidores técnico-administrativos;
8. Reitoria instalada e consolidada;
9. Estrutura física e áreas consideráveis;
10. Localizações privilegiadas/ Reitoria e Campi;

11. Proximidade com os centros do poder público;
12. Proximidade de centros de pesquisa e empresas públicas propiciando parcerias;
13. Campi em cidades estratégicas para o Estado do Acre;
14. Gestores bem capacitados e experientes.

Fraquezas:

1. Inexistência de prédios de propriedade do IFAC, insuficiência de infra-estrutura física de equipamentos para a Administração, para os laboratórios didáticos e necessidade de atualização;
2. Insuficiência dos recursos de TI;
3. Em função da criação recente e da ausência de escolas técnicas da Rede Federal no Estado foi identificado ausência de planejamento e de histórico administrativo;
4. Sensação de falta de agilidade e transparência e de gestão;
5. Orçamento reduzido em custeio e investimento em função do longo tempo de tutoria;
6. Ausência de corpo docente e reduzido corpo técnico administrativo;
7. Falta de normatização e padronização de processos administrativos e educacionais;
8. Ausência de formação dos gestores e de treinamento sistemático de servidores;
9. Lentidão nos processos de doação dos terrenos para construção dos campi;

2.2.7 Análise do ambiente externo (Ameaças x Oportunidades)

Ameaças:

1. Conjuntura econômica internacional em crise ocasionando redução dos recursos orçamentários;
2. Descontinuidade no crescimento e financiamento da rede devido a mudanças políticas;
3. Baixo conhecimento da população local sobre educação profissional;
4. Dificuldade de obtenção e legalização dos terrenos para os novos Campi;
5. Baixa produção de produtos e serviços técnicos e culturais;
6. Baixa valorização dos órgãos de fomentos para produção de patentes.
7. Alto custo de vida no Acre e salários não competitivos;
8. Rotatividade de servidores terceirizados em decorrência dos baixos salários;
9. Deficiência no transporte coletivo e atendimento reduzido às necessidades de locomoção dentro dos municípios e interurbanos;
10. Estradas que interligam os municípios sede dos campi são muito ruins e sem a manutenção adequada e ausência de estrada para o acesso ao município de Cruzeiro do Sul ó acesso somente por via aérea.

Oportunidades:

1. Pioneirismo na construção dos três *campi* do IFAC nos municípios de Rio Branco, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul;
2. Plano de expansão da EPT do Governo Federal e Interesse do MEC em transformar o IFAC em Centro de Referência em Educação Profissional no Estado do Acre;
3. O baixíssimo índice de profissionalização da população do Estado do Acre e ausência da Rede Federal no Estado;
4. Reconhecimento da população dos outros estados e de profissionais no Estado do Acre sobre a qualidade dos cursos das Instituições Federais existentes.
5. Pouca oferta pública de cursos técnicos de nível médio e superior no Acre, propiciando espaço para o crescimento dessa modalidade no Estado;
6. Oferta privada de cursos técnicos com mensalidades altas quando comparadas com a renda da população ;
7. Comemoração em todo o território Nacional do Centenário da Educação Profissional no País;
8. Crescente reconhecimento da população dos deputados e senadores sobre importância do desenvolvimento e investimento da EPT no país;
9. Sociedade e instituições locais apoiando o IFAC;
10. Oportunidade de parcerias com empresas públicas e privadas no Estado(ex.: Universidade Federal d Acre, Instituto Dom Moacir, entre muitos outros.)
11. Apoio de outros Ministérios nas ações de implementação e investimentos em EPT. Ex.: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Ciência e Tecnologia, SEBRAE, EMATER e outros.

12. Criar na capital do Estado um pólo estadual e regional de congressos, seminários, encontros e cursos nas mais diferentes áreas do conhecimento e da tecnologia;

2.2.8 Plano Quinquenal ó Objetivos Estratégicos

Dimensões	Objetivos Estratégicos (O que)
Institucional	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar os conselhos consultivos e órgãos colegiados - Melhorar a gestão participativa no IFAC - Elaborar Planejamento Estratégico e Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI - Construir os 3 novos campi e conseguir um prédio com o governo local no município de Xapuri para o funcionamento do campus avançado - Melhorar o clima organizacional - Melhorar a comunicação interna - Padronizar e Normatizar os processos educativos e administrativos - Iniciar as atividades acadêmicas dos novos Campi no primeiro semestre de 2010; - Incrementar transparência - Aumentar uso de sistemas informatizados - Consolidar a estrutura interna - Criar uma política de avaliação permanente institucional;
Ensino	<ul style="list-style-type: none"> - Expandir oferta de cursos Técnicos em todo o Estado - Implantar cursos Superiores de Tecnologia - Implantar cursos de licenciatura - Implantar PROEJA - Implantar cursos de Educação a Distância - Adquirir equipamentos para os laboratórios didáticos e reformar os espaços de instituições parceiras - Elaborar projetos pedagógicos para todos os cursos - Melhorar a infra-estrutura no Campus Planaltina;
Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar núcleos de pesquisa e infra-estrutura de apoio - Institucionalizar Iniciação Científica - Implantar Especialização - Criar periódicos de pesquisa científica. - Buscar financiamento e apoio à pesquisa - Implantar Núcleo de Inovação Tecnológica - Incentivar eventos científicos regulares - Propiciar o acesso ao portal de Periódicos da CAPES
Extensão	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar as parcerias - Promover o intercâmbio com instituições do Brasil e do exterior - Implantar oferta de cursos de FIC - Implantar sistema de certificação de competências; - Ampliar convênios com entidades públicas - Estabelecer parcerias estratégicas - Expandir política de estágios; - Firmar parcerias com empresas - Promover seminários, encontros e fóruns; - Criar incubadora de empresas; - Realizar acompanhamento de egressos - Apoiar a produção cultural e o esporte
Administração	<ul style="list-style-type: none"> - Agilizar os processos administrativos de aquisição - Adequação e melhorias nas de instalações físicas - Melhorar na aquisição de máquinas e equipamentos - Expandir o orçamento - Agilizar os processos de execução orçamentária - Mapear e controlar os processos administrativos - Implantar sistema de avaliação de desempenho
Pessoal	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar sistema de capacitação de novos servidores (integração) - Implantar política de Treinamento e formação continuado de pessoal - Estabelecer política de gestão e desenvolvimento de pessoas - Realizar concursos para provimentos de cargos no IFAC
Discente	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar os órgãos de representação discente - Implantar Programa de permanência e êxito

Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> - Consolidar e divulgar a marca IFAC no Estado e municípios do Acre - Criar identificação institucional - Consolidar a rede Federal de Educação Profissional no Acre
------------	--

2.2.9 Mapa Estratégico

Em relação às construções e implantações dos prédios do IFAC, com seus projetos arquitetônicos desenvolvidos por empresas contratadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM, Instituto tutor na implantação do IFAC.

Como os terrenos dos Campi Rio Branco, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul foram doados ao IFAC pelo poder público estadual e municipal, foi possível a realização das licitações das obras ainda em 2009. As obras dos campi terão início nos primeiros meses de 2010 com revisão de conclusão do Campus Rio Branco para fevereiro de 2011.

Durante o ano de 2010 a Reitoria funcionará nos primeiros meses em endereço provisório, cedido pela Universidade Federal do Acre e serão realizados processos licitatórios para aluguel de espaços provisórios para funcionamento da Reitoria e Campus Rio Branco. Os Campus de Sena Madureira, Cruzeiro do Sul e avançado de Xapuri funcionarão em espaços compartilhados, em escolas da rede estadual e municipal, das secretarias de educação dos municípios.

Ainda no ano de 2010, no primeiro semestre, serão realizados os concursos para provimento de cargos de docentes, técnicos administrativos de nível médio e superiores.

Em prosseguimento aos trabalhos citados acima serão estabelecidos processos de avaliações pelos Diretores Gerais em relação às ações que foram desenvolvidas ao longo do ano, suas realizações e planos.

2.2.10 Ações Estratégicas nos Campi

CAMPUS RIO BRANCO E CAMPUS AVANÇADO DE XAPURI

O Campus Rio Branco funcionará em local provisório, alugado pela Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.

Atividades da Coordenação de Pesquisa, Extensão e Produção:

No ano de 2009 não ocorreram atividades de pesquisa, extensão e produção, portanto o item não se aplica ao IFAC.

CAMPUS CRUZEIRO DO SUL

O Campus Cruzeiro do Sul está localizado provisoriamente em Parceria junto ao CEFLOA, na Rua Paraná 865, Bairro 25 de Agosto em Cruzeiro do Sul, ficando a 650 Km da Capital Rio Branco onde está situada a Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre o IFAC.

A Sede do Campus de Cruzeiro do Sul que será na Estrada Geral da APADEQ, Bairro Boca da Alemanha, está em início do processo de construção pela Empresa Work Engenharia de Manaus, vencedora do Certame Licitatório.

Desde o início da instalação do Campus de Cruzeiro do Sul, estamos trabalhando no Concurso de 21 vagas para docentes e 06 vagas para Técnicos Administrativos de Nível Superior, agora também está acontecendo o concurso para 09 vagas para técnicos administrativos de nível médio.

Paralelamente a execução dos concursos, estamos divulgando o nosso instituto e fazendo uma pesquisa-ação para identificarmos as áreas prioritárias de ação do nosso Campus, até o momento o estudo aponta como prioritárias pela região do Vale do Juruá as seguintes grandes áreas: Agropecuária, Meio Ambiente, Turismo Agroecológico, Alimentos, Informática e Licenciaturas em Matemática, Física e Química.

Ante o exposto, estamos trabalhando incansavelmente para ofertarmos ainda em 2010, com qualidade os seguintes cursos:

1. Técnico em Agropecuária, Subsequente, uma turma com 35 vagas;
2. Técnico em Controle Ambiental, subsequente, uma turma com 35 vagas, e,
3. Licenciatura em Matemática uma turma com 35 alunos.

O edital abrindo as inscrições está para ser lançado. As turmas serão de 35 alunos porque as Salas de Aulas cedidas pelo CEFLORA tem este padrão, não comportam 40 alunos como é a nossa meta quando estivermos na nossa sede própria.

As aulas serão à noite, porque o CEFLORA nos cedeu 03 salas de aulas para utilizarmos a noite, sendo que as práticas de agropecuária e controle ambiental que necessitam serem realizadas de dia assim o serão feitas.

Também estamos buscando instalar um laboratório de informática, bem como providenciando materiais de consumo e equipamentos mínimos para o início dos cursos do nosso Campus, pesquisando e elencando as bibliografias mínimas para suporte dos cursos e assim dando início do acervo da nossa futura biblioteca.

Ocupação do Terreno	Ocupação do Terreno [m²]
Área Total do Terreno	569.237
Área a ser Construída	12.500

No momento nosso Campus de Cruzeiro do Sul, tem uma sala onde funciona a Direção Geral e a Coordenação Geral de Administração e Planejamento, na qual também funcionará a Coordenação Geral de Ensino e a sala de professores.

Ressaltamos que nossa Portaria de nomeação é de 15 de março de 2010 e do Coordenador Geral de Administração e Planejamento é de 29 de março de 2010.

CAMPUS SENA MADUREIRA

A construção do Campus de Sena Madureira está em processo licitatório.

O Campus de Sena Madureira está instalado Provisoriamente na Escola Municipal de Ensino Fundamental Messias Rodrigues de Souza, localizado na Travessa Guilherme s/nr. Bairro da Pista ó CEP: 69940-000 ó Sena Madureira/AC. O espaço cedido consta de 2 salas para o

desenvolvimento das ações administrativas e pedagógicas do Campus e 06 salas de aula no período noturno.

Neste Campus oferecer-se-á dois cursos técnicos: Técnico em Agroecologia e Técnico em Cooperativismo e Curso de Licenciatura em Biologia. Além de cursos de formação inicial e continuada (FIC).

Para o atendimento ao público estudantil o Campus, provisoriamente, conta com seguinte infra-estrutura:

06 salas de aulas tradicionais (Período noturno);

02 salas medindo 6,10 X 2,50 m

01 laboratório de informática com capacidade para 25 computadores;

Ações desenvolvidas no Campus de Sena Madureira (Direção Geral)

Neste exercício de 2010 o Campus de Sena Madureira está desenvolvendo as seguintes ações:

- Elaboração de projetos para aquisição de móveis e material de consumo para as instalações provisórias do Campus;
- Participação na Elaboração do organograma do Campus;
- Apoio no processo de concurso público para provimentos de vagas de docentes e técnicos;
- Elaboração de folhetos demonstrativos dos cursos a serem ofertados;
- Elaboração de projetos: Cursos: Técnicos: Agroecologia e Cooperativismo e Licenciatura em Biologia, projetos de extensão, FICs e Proejafic;
- Levantamento do acervo para a implantação dos Cursos ofertados;
- Realização de reuniões com representantes de entidades (locais) que poderão apoiar as atividades do Campus de Sena Madureira, cedendo espaços para cursos durante o dia.

2.3 PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DO IFAC

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre foi constituído em 29 de dezembro de 2009, por meio da Lei 11.892. Assim, seu marco orçamentário foi iniciado no exercício de 2009.

2.3.1 Relação de programas

Em seu primeiro orçamento o Instituto cuja UG é 158156 e sua Unidade Orçamentária/Gestão era 26425, foi contemplado com 2 (dois) programas e 7 (sete) ações abaixo identificados:

PROGRAMA: 0750 ó Apoio Administrativo

Ações:

2004 ó Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.

Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.

Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.

2010 ó Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Finalidade: Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.

Descrição: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.

2011 ó Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Finalidade: Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados

Descrição: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

2012 ó Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Finalidade: Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e, custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.

Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados, ativos, de acordo com a Lei nº 9.527/97, ou mediante requisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio de manutenção de refeitório.

PROGRAMA: 1062 ó Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Ações:

2992 ó Funcionamento da Educação Profissional

Finalidade: garantir a manutenção e custeio das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, visando assegurar o desempenho da sua finalidade precípua, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino.

Descrição: manutenção das instituições, por meio da sua gestão administrativa, financeira e técnica, incluindo participação em órgãos colegiados que congreguem o conjunto dessas instituições, bem como manutenção de infra-estrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras.

2E13 ó Reforma e Modernização de Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Educação Tecnológica

PROGRAMA: 1073 ó Brasil Universitário

Ação:

09HB ó Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Descrição: Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Os quadros a seguir trazem informações sobre os principais atributos desses programas:

Programa:	Apoio Administrativo ó 0750
Tipo:	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo do Programa:	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Justificativa:	Programa de Apoio Administrativo
Horizonte temporal	Contínuo
Público-Alvo:	Governo

Programa:	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica ó 1062
Tipo:	Finalístico
Gerente do Programa:	Eliezer Moreira Pacheco ó SETEC/MEC
Objetivo do Programa:	Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade
Público Alvo:	Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, e superior tecnológica e professores da Educação Básica e da Educação Profissional
Justificativa:	A exclusão social refere-se ao processo que impossibilita parte da população de partilhar dos bens e recursos oferecidos pela sociedade, considerando-se não apenas a carência de bens e serviços essenciais para a satisfação das necessidades básicas, como também a falta de acesso à educação, segurança, justiça, cidadania e representação política. O aprofundamento deste processo provoca alterações na dinâmica e na estrutura social e restringe o potencial de desenvolvimento humano.

As bases sobre as quais se ergueu o sistema de proteção social no Brasil - emprego, renda, contribuição e benefícios sociais configurando o modelo de seguro social apoiado na capacidade contributiva - relegaram ao plano da assistência, supostamente residual, o enorme contingente de brasileiros excluídos da proteção. Como resultado, há um saldo de 53 milhões de pobres, dos quais 23 milhões de indigentes, 11,5 milhões de desempregados, crianças desamparadas e moradores de rua, analfabetos declarados e funcionais; há o recrudescimento de doenças do século XVIII, como a tuberculose; a manutenção do trabalho infantil, escravo, doméstico; o agravamento da concentração de renda; além do aumento da violência urbana e rural.

A educação em seus diversos níveis é um direito de todos, além de ser uma estratégia para o desenvolvimento social e econômico de uma nação. Se é assim, como explicar a existência, no País, de um contingente de 25 milhões de jovens e adultos sem escolaridade ou com até 2 anos de escolaridade, para os quais, é de fundamental importância a educação e a formação profissional?

Os números da Educação Profissional no Brasil, apresentados em seu último Censo - 716 mil matrículas no Nível Técnico e 91 mil concluintes - são indicadores de que não há, ainda, condições de garantir formação profissional aos milhões de jovens e adultos que representam a força de trabalho do País.

Sendo o papel da Educação Profissional e Tecnológica de fundamental relevância nas novas diretrizes do Governo Federal, no que tange à retomada do crescimento econômico do País, uma vez que a geração de empregos e o crescente desenvolvimento tecnológico exigem uma atuação proeminente quanto à formação profissional de sua força de trabalho, faz-se necessário que sejam assegurados os meios para que a oferta seja condizente com a demanda, tanto quantitativa, quanto qualitativa.

Isso exige medidas quanto ao desenvolvimento de uma nova política pública para a mesma, incluindo a revisão da legislação vigente, a fim de que, entre outras medidas, se possa ofertar uma Educação Profissional, Tecnológica e Universitária articulada com as políticas nacionais de geração de emprego, trabalho e renda.

Ainda no tocante à política de fortalecimento da inclusão de camadas desassistidas da escola regular, inclusive, o presente programa se insere na base da resolução do problema ora apresentado, pois busca, dentre outros aspectos:

- Otimizar a utilização de recursos e potencializar experiências exitosas desenvolvidas por organismos e entidades da sociedade civil.

- Revitalizar 150 unidades escolares agrícolas, dispersas pelo interior do país, para que possam oferecer educação profissional de nível básico e técnico articulada com elevação da escolaridade, proporcionando o fortalecimento de ações que apontem para geração de trabalho e renda nos mais distantes espaços geográficos.

- Apoio à criação de 500 novas instituições de educação profissional, fortalecendo uma política de inclusão social.

Além disso, contradizendo também os direitos constitucionais dos cidadãos, os dados do Censo Demográfico de 2000, mostram que os jovens das camadas mais pobres praticamente não têm acesso à educação superior pública: apenas 7,7% dos jovens entre 18 e 22 anos frequentam cursos universitários. Cerca de 70,8% deles estudam em estabelecimentos privados. Quando conseguem chegar ao ensino superior, o custo é tão alto que apenas os que têm bons empregos ou apoio econômico da família conseguem pagar a faculdade e, que, por isso, há elevada inadimplência e evasão, até porque o sistema de apoio e financiamento ao estudante, que poderia ser uma alternativa, é ainda insuficiente e inadequado. Daí, o apoio a ser estendido aos cursos superiores de Tecnologia, aos cursos de pós-graduação, aos

	professores e aos pesquisadores será fundamental para a reversão desses perversos indicadores sociais e educacionais.
Estratégia de Implementação:	<p>Desenvolvimento de ações de formação profissional, técnica e superior tecnológica, diretas e descentralizadas, a serem implementadas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), e instituições federais de ensino, com possibilidades de parcerias com outras instituições governamentais e não governamentais, no país e no exterior, voltadas para o desenvolvimento da educação profissional, técnica e superior tecnológica.</p> <p>Para o desenvolvimento dessas ações voltadas à educação profissional, técnica e superior tecnológica, destacam-se como estratégias de implementação, dentre outros:</p> <p>Articulação e estabelecimento de parcerias com o Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário, estados e municípios, ONGs representativas da sociedade civil organizada, Sistema 'S', de modo a obter o compartilhamento de ações que consolidem a inclusão do público almejado. Para a execução das ações descentralizadas, o repasse dos recursos e a distribuição das responsabilidades se dará por meio da realização de convênios entre o MEC e as diversas instituições envolvidas.</p>

Programa:	Brasil Universitário ó 1073
Tipo:	Finalístico
Objetivo do Programa:	Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento
Justificativa:	<p>O sistema de educação superior brasileiro ainda conserva modelos de formação acadêmica e profissional superados em muitos aspectos, tanto acadêmicos como institucionais, e precisa passar por profundas transformações. Na verdade, prevalece no sistema nacional uma concepção fragmentada do conhecimento, resultante de reformas universitárias parciais e limitadas nas décadas de 60 e 70 do século passado. Essa organização acadêmica incorpora currículos de graduação pouco flexíveis, com forte viés disciplinar, situação agravada pelo fosso existente entre a graduação e a pós-graduação. Ao mesmo tempo, há uma excessiva precocidade na escolha de carreira profissional e a manutenção da atual estrutura curricular de formação profissional e acadêmica, ao reforçar as lógicas da precocidade profissional e da compartimentação do saber. Em suma, estreitos campos do saber contemplados nos projetos pedagógicos, precocidade na escolha dos cursos, altos índices de evasão de alunos, descompasso entre a rigidez da formação profissional e as amplas e diversificadas competências demandadas pelo mundo trabalho e, sobretudo, os novos desafios da sociedade do conhecimento, são problemas que, para sua superação, requerem transformações no interior das Universidades. A democratização do acesso ao ensino superior a um número cada vez maior de jovens brasileiros é tarefa fundamental para o crescimento e desenvolvimento da economia e de nossa sociedade e um dos objetivos do Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001). Neste sentido, foram desenvolvidas diversas iniciativas entre as quais o Plano de Expansão das Universidades Federais e o Programa Universidade Para Todos. Foram criadas, nos últimos três anos, nove universidades federais e novos campi universitários. Como resultado dessas ações calcula-se que, ao final de 2008, terão sido abertas 30 mil novas vagas no sistema federal de ensino superior. Já o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI terá como objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência de estudantes na educação superior, em nível de graduação, por meio do melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. Tem como meta global a elevação gradual da taxa de</p>

	conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano. Dentre as diretrizes do programa, para o alcance das metas propostas, destaca-se a redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso; a ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; a revisão da estrutura acadêmica; a diversificação das modalidades de graduação; a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. A execução das metas propostas, baseadas nas diretrizes instituídas pelo Decreto Presidencial nº 6096/2007, diminui o risco de isolamento nas esferas científica, tecnológica e intelectual de um mundo cada vez mais globalizado e inter-relacionado, ao mesmo tempo em que possibilita atingir a meta de inserir, no ensino superior, 30 % dos jovens brasileiros com idade entre 18 a 24 anos, conforme estabelecido pelo Plano Nacional de Educação.
Horizonte temporal	Contínuo
Estratégia de implementação	Desenvolvimento de ações diretas, descentralizadas e por meio de transferências, promovidas pela Secretaria de Educação Superior e Instituições Federais de Ensino, com possibilidades de parcerias com outras instituições governamentais ou não, no País e no exterior, voltadas ao desenvolvimento da educação em geral, e em particular à melhoria do Ensino Superior, da pesquisa e da extensão.
Gerente do Programa:	Maria Paula Dallari Bucci ó SESU/MEC
Público-Alvo:	Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como bolsistas das IES privadas

2.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

2.4.1 Programação Orçamentária

A tabela a seguir demonstra a execução orçamentária e financeira das ações do IFAC, no exercício de 2009, por ação orçamentária:

Unidade Orçamentária: 26353 ó Escola Técnica Federal do Acre (Código utilizado durante o exercício 2009).

AÇÃO	DOTAÇÃO AUTORIZADA/LIMITE	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
2004 ó Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2010 ó Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	R\$ 17.091,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

2011 ó Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	R\$ 102.545,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2012 ó Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	R\$ 222.180,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2992 ó Funcionamento da Educação Profissional	R\$ 864.250,00	R\$ 164.542,77	R\$ 164.542,77	R\$ 117.767,56
2E13 ó Reforma e Modernização de Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Educação Tecnológica	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
09HB ó Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	R\$ 883.575,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

A Escola Técnica Federal do Acre foi criada pela Lei 11.534, de 25 de outubro de 2007, publicada no Diário Oficial da União em 26/10/2007. E por meio da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 30.12.2008, a foi criado o Instituto Federal do Acre - IFAC, mediante transformação da Escola Técnica Federal do Acre. Desde sua criação até o final do exercício de 2009, não havia ocorrido o início de suas atividades pedagógicas e as atividades administrativas, no período, foram conduzidas pela Reitoria do Instituto Federal do Amazonas - IFAM, localizada à Av. Sete de Setembro, 1975, no município de Manaus/AM, Campus Manaus.

O orçamento fiscal e da seguridade social do IFAC, referente ao exercício de 2009, foi estabelecido pela Lei 11.897, de 30 de dezembro de 2008, da seguinte forma:

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
26353 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ACRE	5.721.641	150.000	5.871.641
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.899.825		4.899.825
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO	4.899.825		4.899.825

DESENVOLVIMENTO DO ENSINO			
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	671.816	150.000	821.816
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	341.816	150.000	491.816
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	330.000		330.000
4 - INVESTIMENTOS	150.000		150.000
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	150.000		150.000

Durante o exercício orçamentário de 2009, a ordenação das despesas referentes a execução do orçamento foi realizada pelo Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, conforme PORTARIA MEC, Nº 1.065, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2007. A nomeação do atual Ordenador de Despesas do IFAC e Reitor Pro Tempore ocorreu em dezembro de 2009, por meio da PORTARIA MEC Nº 1.1192, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 e a Unidade Gestora do Instituto Federal do Acre foi criada em fevereiro de 2010. Portanto, somente a partir da criação da UG 158156 do IFAC, a execução orçamentária e ordenação de despesas passaram a serem realizadas pelo IFAC.

Conforme demonstrativo no item 2.4.1 - Evolução e execução das receitas e despesas, as Ações: 2004 ó Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes, 2010 ó Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados, 2011 ó Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados, 2012 ó Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados, 2E13 ó Reforma e Modernização de Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Educação Tecnológica, 09HB ó Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, não foram registradas despesas orçamentárias no exercício de 2009. As despesas de custeio e de investimento foram realizadas com recursos alocados no orçamento fiscal do Instituto Federal do Amazonas.

2.4.2 Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação das UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código UO	Código SIAFI da UGO
Escola Técnica Federal do Acre	26.353 (26425 em 2010)	158156

2.4.3 Programação das Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários	1 ó Pessoal e Encargos Sociais	2 ó Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
	Exercício		
	2009	2009	2009
LOA	R\$ 1.399.825,00	-----	R\$ 657.308,79

2.4.4 Programação das Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários	4 ó Investimentos	5 ó Inversões Financeiras	6- Outras Despesas de Capital
	Exercício		
	2009	2009	2009
LOA	-----	-----	-----

2.4.5 Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários	Despesas Correntes	Despesas de Capital	9 ó Reserva de Contingência
	Exercícios		
	2009	2009	2009
LOA	R\$ 2.057.133,79	-----	-----

O ano de 2009 por ser o primeiro ano de existência do Instituto Federal do Acre, uma vez que sua criação ocorreu ao final do exercício de 2008, teve na SETEC/MEC uma grande parceria tanto para as despesas de custeio quanto para as de investimento.

No que concerne às despesas de custeio, foram descentralizados recursos daquela Secretaria para pagamento de despesas. Os recursos foram descentralizados através do Instituto Federal do Amazonas para custeio, principalmente, de atividades administrativas na implantação do IFAC, conforme descrição abaixo.

Foram descentralizados recursos de investimento, através do Instituto Federal do Amazonas, com os quais foram adquiridos equipamentos como:

- Veículos utilitários: 04 veículos;
- Veículo de representação: 01 veículo;
- Microônibus: 01 veículo;
- Computadores desktop: 160 unidades;
- Servidores: 07 unidades;
- Notebooks: 30 unidades;
- Mobiliário em geral;
- Mobiliário para biblioteca;
- Impressoras: 15 unidades;
- Nobreaks: 150 unidades;
- Estabilizadores;

No que tange aos investimentos, a SETEC/MEC mais uma vez se fez presente ao descentralizar recursos que possibilitou a este IFAC licitar e contratar empresas especializadas para construção das sedes própria dos Campi Rio Branco, Sena Madureira, Cruzeiro do Sul e Reitoria do IFAC.

Considerando que o ano de 2009 foi o primeiro de existência do IFAC, fechamos o exercício com um saldo positivo, uma vez que as obras para construção da sede própria do Campus Rio Branco já está em andamento neste ano de 2010, o Campus Sena Madureira e Cruzeiro do Sul foram realizadas as licitação e contratação de empresa para execução das obras pelo Instituto Federal do Amazonas.

2.4.6 Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009

Este item não se aplica ao IFAC.

Durante o exercício orçamentário de 2009, a ordenação das despesas referentes a execução do orçamento foi realizada pelo Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, conforme PORTARIA MEC, Nº 1.065, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2007. A nomeação do atual Ordenador de Despesas do IFAC e Reitor Pró Tempore ocorreu em dezembro de 2009, por meio da PORTARIA MEC Nº 1.1192, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 e a Unidade Gestora do Instituto Federal do Acre foi criada em fevereiro de 2010. Portanto, somente a partir da criação da UG 158156 do IFAC, a execução orçamentária e ordenação de despesas passaram a serem realizadas pelo IFAC.

2.4.7 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009

Este item não se aplica ao IFAC.

Durante o exercício orçamentário de 2009, a ordenação das despesas referentes a execução do orçamento foi realizada pelo Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, conforme PORTARIA MEC, Nº 1.065, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2007. A nomeação do atual Ordenador de Despesas do IFAC e Reitor Pró Tempore ocorreu em dezembro de 2009, por meio da PORTARIA MEC Nº 1.1192, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 e a Unidade Gestora do Instituto Federal do Acre foi criada em fevereiro de 2010. Portanto, somente a partir da criação da UG 158156 do IFAC, a execução orçamentária e ordenação de despesas passaram a serem realizadas pelo IFAC.

2.4.8 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009

Este item não se aplica ao IFAC.

Durante o exercício orçamentário de 2009, a ordenação das despesas referentes a execução do orçamento foi realizada pelo Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, conforme PORTARIA MEC, Nº 1.065, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2007. A nomeação do atual Ordenador de Despesas do IFAC e Reitor Pró Tempore ocorreu em dezembro de 2009, por meio da PORTARIA MEC Nº 1.1192, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 e a Unidade Gestora do Instituto Federal do Acre foi criada em fevereiro de 2010. Portanto, somente a partir da criação da UG 158156 do IFAC, a execução orçamentária e ordenação de despesas passaram a serem realizadas pelo IFAC.

Conforme demonstrativo no item 2.4.1 - Evolução e execução das receitas e despesas, as Ações: 2004 ó Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes, 2010 ó Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados, 2011 ó Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados, 2012 ó Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados, 2E13 ó Reforma e Modernização de Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Educação Tecnológica, 09HB ó Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, não foram registradas despesas orçamentárias no exercício de 2009.

2.4.9 Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Obs: Quadro não preenchido em razão da UJ não ter responsabilidade de gerir os programas de Governo inscritos na Lei do Plano Plurianual (PPA), conforme orientação TCU.

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:			Denominação:			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Texto	00/00/00	00	00	00	00
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado:						
Texto						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto	00/00/00	00	00	00	00
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado:						
Texto						

2.5 METAS FÍSICAS

2.5.1 Execução Física das ações realizadas pela UJ

PROGRAMA	AÇÃO	Tipo da Ação	PRODUTO	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
0750 - Apoio Administrativo	2004.26353.0012	Atividade	PESSOA BENEFICIADA	Unidade	298	-	-
1073 - Brasil Universitário	09HB .26353.0012	Operações Especiais	-	-	-	-	-
0750 - Apoio Administrativo	2010 .26353.0012	Atividade	CRIANÇA ATENDIDA	Unidade	22	-	-
0750 - Apoio Administrativo	2011 .26353.0012	Atividade	SERVIDOR BENEFICIADO	Unidade	89	-	-
0750 - Apoio Administrativo	2012 .26353.0012	Atividade	SERVIDOR BENEFICIADO	Unidade	139	-	-
1062 - Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	2992 .26353.0012	Atividade	ALUNO MATRICULADO	Unidade	1391	-	-
1062 - Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	2E13 .26353.0170	Atividade	UNIDADE MODERNIZADA	Unidade	1	-	-

As ações do IFAC previstas para o exercício de 2009 não foram realizadas a contento devido ao fato de não ter ocorrido a implantação física do Instituto Federal de Educação do Acre no ano de 2009. O início das atividades do IFAC de fato se iniciaram em Rio Branco no ano de 2010.

A ação de Implantação da Escola Técnica Federal do Acre, cuja meta era uma escola implantada ainda em 2009, unidade de Rio Branco/AC, terminou o exercício sem conseguir atingir o estabelecido. Todavia, ocorreram avanços no tocante às doações dos terrenos, para construção dos campi Rio Branco, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul.

Enquanto as sedes próprias não ficam prontas, o Campus Rio Branco funcionará em endereço provisório, alugado pelo IFAC e os Campi Sena Madureira e Cruzeiro do Sul funcionarão em Escolas de Educação Básica, em regime de cooperação com as Secretarias de

Educação Estadual e Municipal. As atividades acadêmicas terão início no primeiro semestre de 2010.

2.6 INDICADORES E ANÁLISE DE DESEMPENHO

Durante o exercício orçamentário de 2009, a ordenação das despesas referentes a execução do orçamento foi realizada pelo Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, conforme PORTARIA MEC, Nº 1.065, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2007. A nomeação do atual Ordenador de Despesas do IFAC e Reitor Pró Tempore ocorreu em dezembro de 2009, por meio da PORTARIA MEC Nº 1.1192, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 e a Unidade Gestora do Instituto Federal do Acre foi criada em fevereiro de 2010. Portanto, somente a partir da criação da UG 158156 do IFAC, a execução orçamentária e ordenação de despesas passaram a serem realizadas pelo IFAC.

No ano de 2009 o IFAC não teve atividades acadêmicas, embora a meta fosse de que houvesse escola implantada e em execução, a unidade de Rio Branco/AC, portanto, o IFAC terminou o exercício sem conseguir atingir o estabelecido.

Para elaborar os diagnósticos e levantamento de dados abaixo as instituições da Rede Federal de Educação Profissional se utilizam de trabalho do pesquisador institucional, servidor ainda não existente no IFAC.

2.6.1 Relação Candidato/Vaga

Relação Candidato/Vaga - Gráfico 01 - 1º Semestre	
Alunos Inscritos	Em branco
Vagas Ofertadas	Em branco
Relação Candidato/Vagas	Em branco
Relação Candidato/Vaga - Gráfico 01 - 2º Semestre	
Alunos Inscritos	Em branco
Vagas Ofertadas	Em branco
Relação Candidato/Vagas	Em branco
Relação Candidato/Vaga - Gráfico 01 - Ano de 2009	
Alunos Inscritos	Em branco
Vagas Ofertadas	Em branco
Relação Candidato/Vagas	Em branco

2.6.2 Relação Ingresso/Aluno

Relação Ingresso/Aluno - Gráfico 02 - 1º Semestre	
Alunos Ingressos	Em branco
Alunos Matriculados	Em branco
Relação Ingressos/Matriculados	Em branco
Relação Ingresso/Aluno - Gráfico 02 - 2º Semestre	
Alunos Ingressos	Em branco
Alunos Matriculados	Em branco
Relação Ingressos/Matriculados	Em branco

2.6.3 Relação Concluintes/Aluno

Relação Concluintes /Aluno - Gráfico 03 - 1º Semestre

Nº de Concluintes	Em branco
Alunos Matriculados	Em branco
Relação Concluintes/Matriculados	Em branco
Relação Concluintes /Aluno - Gráfico 03 - 2º Semestre	
Nº de Concluintes	Em branco
Alunos Matriculados	Em branco
Relação Concluintes/Matriculados	Em branco
Relação Concluintes /Aluno - Gráfico 03 - Ano de 2009	
Nº de Concluintes	Em branco
Alunos Matriculados	Em branco
Relação Concluintes/Matriculados	Em branco

2.6.4 Índice de Eficiência Acadêmica de Concluintes

Relação Concluintes /Aluno Ingressos - Gráfico 04 - 1º Semestre	
Nº de Concluintes	Em branco
Alunos Ingressos	Em branco
Relação Concluintes/Ingressos	Em branco
Relação Concluintes /Aluno Ingressos - Gráfico 04 - 2º Semestre	
Nº de Concluintes	Em branco
Alunos Ingressos	Em branco
Relação Concluintes/Ingressos	Em branco
Relação Concluintes /Aluno Ingressos - Gráfico 04 - Ano de 2009	
Nº de Concluintes	Em branco
Alunos Ingressos	Em branco
Relação Concluintes/Ingressos	Em branco

2.6.5 Índice de Retenção do Fluxo Escolar

Relação Alunos Retidos /Alunos Matriculados - Gráfico 05 - 1º Semestre	
Alunos Retidos	Em branco
Alunos Matriculados	Em branco
Relação Alunos Retidos /Matriculados	Em branco
Relação Alunos Retidos /Alunos Matriculados - Gráfico 05 - 2º Semestre	
Alunos Retidos	Em branco
Alunos Matriculados	Em branco
Relação Alunos Retidos /Matriculados	Em branco
Relação Alunos Retidos /Alunos Matriculados - Gráfico 05 -Ano de 2009	
Alunos Retidos	Em branco
Alunos Matriculados	Em branco
Relação Alunos Retidos /Matriculados	Em branco

2.6.6 Relação Alunos/Docente em tempo integral

Relação alunos/docente - Gráfico 06 - 1º Semestre - Planaltina	
Alunos Matriculados	Em branco
Docentes	Em branco
Relação Aluno/Docente	Em branco

Relação aluno/docente - Gráfico 06 - 2º Semestre - Planaltina	
Alunos Matriculados	Em branco
Docentes	Em branco
Relação Aluno/Docente	Em branco

3. GESTÃO ADMINISTRATIVA

3.1 RECURSOS HUMANOS ó COMPOSIÇÃO E CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO

3.1.1 Composição dos recursos humanos;

Descrição	2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores ativos	0	0	0	0
Funcionários contratados CLT	0	0	0	
Total Pessoal Próprio	0	0	0	0

Descrição	2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança s/ vínculo	0	0	0	0

Descrição	2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei nº 8.745/93)	0	0	0	0

Descrição	2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal requisitado em exercício na unidade com ônus	0	0	0	0
Pessoal requisitado em exercício na Unidade sem ônus	0	0	0	0
Total de Pessoal requisitado em exercício pela Unidade	0	0	0	0

Descrição	2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal cedido pela unidade, com ônus	0	0	0	0
Pessoal cedido pela unidade, sem ônus	0	0	0	0
Total de Pessoal requisitado em exercício pela Unidade	0	0	0	0

Descrição	2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância /Limpeza	0	0	0	0

Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	0	0	0	0
Pessoal Terceirizado Outras Atividades	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0
Total Pessoal Terc + Estagiarios	0	0	0	0

Descrição	2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas	0	0	0	0
Pessoal envolvido em ações de suporte da Unidade	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0

Obs: Ocupantes de funções de confiança s/ vínculo: As funções de confiança e cargos de direção providos no exercício de 2009, foram descentralizadas ao Instituto Federal do Amazonas e pagos sob suas expensas, dificultando o levantamento destas despesas por parte do IFAC.

3.1.2 Análise Crítica

Os recursos humanos do IFAC estão em ampliação a todo o momento, recebendo servidores experientes cedidos da Rede Federal e de outros órgãos da Administração e também com o Concurso para provimento de cargos de docentes e técnicos de nível médio e técnico, que está sendo realizado agora no primeiro semestre de 2010. Estas perspectivas de aumento de servidores fazem com que o IFAC esteja sempre redimensionando os ambientes e as ações para capacitação e treinamento administrativo.

Com a necessidade de assumir a partir de julho de 2009, todo o processo de gestão de pessoas com um número restrito de pessoas (três), tem-se muita dificuldade de implantar a construção de indicadores e o perfeito controle sobre todos os lançamentos necessários ao perfeito controle da vida funcional de cada servidor. Com um corpo ainda em treinamento, a área de gestão de pessoas acaba demorando um tempo maior para realizar todas as atividades mensais necessárias à área.

Apesar de ainda não possuir a força de trabalho necessária para todos os processos, todas as atividades estão sendo desenvolvidas.

3.1.3 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra;

Observação: este item não se aplica devido ao fato de não haveram contratos de terceirização nos exercícios anteriores, por parte do IFAC.

O IFAC está em implantação, admitindo através de concurso e recebendo através de cessão muitos servidores, impedindo que neste momento se estabeleçam indicadores gerenciais sobre recursos humanos. É intenção implantá-los e gerenciá-los para se utilizar deles nos momentos de planejamento e distribuição de recursos.

3.1.1 Admissões e Desligamento de pessoal

Processo seletivo	Nº de vagas	Data publicação edital	Meio de comunicação utilizado	Instrumento de seleção utilizado	Candidatos selecionados	
					Cargo	Qtd
-	-	-	-	-	-	-

Observação: Não ocorreram admissões e/ou desligamentos de pessoal no IFAC no exercício de 2009.

PARTE B - GESTÃO FINANCEIRA

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	Nada consta	Nada consta	Nada consta	Nada consta

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	Nada consta	Nada consta	Nada consta	Nada consta

Este item não se aplica ao IFAC.

Durante o exercício orçamentário de 2009, a ordenação das despesas referentes a execução do orçamento foi realizada pelo Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, conforme PORTARIA MEC, Nº 1.065, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2007. A nomeação do atual Ordenador de Despesas do IFAC e Reitor Pró Tempore ocorreu em dezembro de 2009, por meio da PORTARIA MEC Nº 1.1192, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 e a Unidade Gestora do Instituto Federal do Acre foi criada em fevereiro de 2010. Portanto, somente a partir da criação da UG 158156 do IFAC, a execução orçamentária e ordenação de despesas passaram a serem realizadas pelo IFAC.

Conforme demonstrativo no item 2.4.1 - Evolução e execução das receitas e despesas, as Ações: 2004 ó Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes, 2010 ó Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados, 2011 ó Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados, 2012 ó Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados, 2E13 ó Reforma e Modernização de Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Educação Tecnológica, 09HB ó Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, não foram registradas despesas orçamentárias no exercício de 2009.

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou Recursos.

(Item 4 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

NÃO SE APLICA

5. Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

(Item 5 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

Esta unidade Jurisdicionada não possui restos a pagar de exercícios anteriores. Os restos a pagar referentes as ações destinadas ao IFAC estão localizados no orçamento do Instituto Federal do Amazonas que é a unidade tutora do IFAC.

6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Não ocorreram transferências (recebidas e realizadas) para o IFAC no exercício de 2009. Os recursos que foram descentralizados pela SETEC para custear ações do IFAC foram aportados no orçamento do Instituto Federal do Amazonas.

7. Previdência Complementar Patrocinada

(Item 7 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

Não ocorreram pagamentos de Previdência Complementar Patrocinada pelo IFAC no exercício de 2009.

8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

(Item 8 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

Não ocorreram aporte de recursos para o IFAC, provenientes de projetos ou programas financiados com recursos externos, no exercício de 2009.

9. Renúncias Tributárias

(Item 9 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

Não ocorreram renúncias tributárias para o IFAC, no exercício de 2009.

10. Operações de fundos

(Item 10 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

Não ocorreram operações de fundos por parte do IFAC, no exercício de 2009.

11A. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Não foram localizadas Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno para o IFAC no exercício de 2009.

11B. Determinações e recomendações do TCU

(Item 11 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

Não foram localizadas Determinações e recomendações do TCU para o IFAC no exercício de 2009.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

DECLARAÇÃO - CONTRATOS E CONVÊNIOS
Rio Branco, 22 de Abril de 2010
Responsável:

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ): ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ACRE	
Código da UG: 158156	
Rio Branco, 22 de abril de 2010.	
Contador Responsável:	
CRC nº:	

1. Demonstrações contábeis previstas na Lei 4.320/64.
2. De acordo com a Decisão Normativa TCU Nº 100, o preenchimento deste item é dispensado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.
3. De acordo com a Decisão Normativa TCU Nº 100, o preenchimento deste item é dispensado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.
4. De acordo com a Decisão Normativa TCU Nº 100, o preenchimento deste item é dispensado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.

Rio Branco, 22 de abril de 2010.

ELIAS VIEIRA DE OLIVEIRA

Reitor

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre/IFAC